

2 Construções elípticas

“Somos feitos de silêncio e som” (Lenine)

O termo *elipse* tem sido aplicado a uma vasta gama de fenômenos linguísticos que se caracterizam pela omissão de uma palavra ou expressão linguística que o contexto permite recuperar. Esses fenômenos podem ser sub-categorizados, levando-se em conta o constituinte sintático afetado na construção elíptica. Desta forma, dependendo da categoria elidida, podemos identificar diferentes tipos de elipse.

As construções elípticas são objeto de grande interesse da teoria linguística e destacam-se por ser um dos temas mais debatidos no contexto dos estudos da linguagem. Isso porque em nenhum outro processo sintático se pode observar, de forma tão expressiva, a quebra de correspondência entre som e significado, uma vez que, no caso das elipses, há significado sem som, interpretação apesar da ausência de elementos explícitos. Portanto, as elipses se inserem em um contexto amplo de estudo sobre a sintaxe e a semântica de categorias vazias.

Essa constatação leva a alguns questionamentos que envolvem o entendimento de como ocorrem os processos de elisão. Para respondê-los, uma ampla variedade diversa de abordagens teóricas tem sido propostas com o fim de explicar as propriedades sintáticas e semânticas inerentes às construções elípticas, incluindo algumas similaridades entre as línguas e alguns pontos comuns aos diferentes tipos de construções. Essas abordagens divergem no modo como conduzem o tratamento do tema, mas partilham o mesmo objetivo quando buscam responder a três principais questões:

(1) Qual é a natureza das relações de identidade entre o elemento elidido e seu antecedente nas construções elípticas? Trata-se mesmo de uma relação de identidade? Que tipo de identidade: sintática, semântica ou ambas?;

(2) Existe estrutura sintática no sítio elidido?;

(3) Que condições licenciam o aparecimento de estruturas elididas?

Essas são as principais questões que têm sido consideradas na literatura linguística sobre fenômenos elípticos. No entanto, elas, de modo nenhum, esgotam o tratamento do tema, fazendo-se também pertinentes, portanto, questões como: como as elipses estão mentalmente representadas? Como a interpretação do material elidido é conduzida?, dentre outras. No entanto, apesar de serem importantes, essas questões não serão diretamente consideradas neste trabalho, uma vez que dentre as questões pertinentes às elipses, este trabalho se restringirá à análise e discussão dos processos sintáticos envolvidos nas construções com *sluicing* no português brasileiro.

Na seção que segue, apresentaremos um panorama geral dos principais tipos de elisão descritos na literatura, a fim de que o leitor possa ter uma visão geral do fenômeno de elisão.

2.1. Breve caracterização dos tipos de elipse

Na pesquisa gerativista que contempla os processos de elisão, vários tipos distintos de elipse têm sido considerados. Segue-se abaixo a caracterização de alguns desses processos em português brasileiro, com base nas categorizações de Maduro (2005) e Clara (2008).

2.1.1 Elipse de NP

A elipse de NP (do inglês *nominal phrase*) se caracteriza pela omissão apenas do núcleo do sintagma nominal (o nome), ou do núcleo acompanhado de seus modificadores, como ilustrado nos exemplos (4) – (6):

(4) João cumpriu três tarefas e Maria cumpriu apenas duas.

(5) Comprei o casaco verde, embora tenha gostado mais do vermelho.

(6) A reforma da casa da Maria terminou mais rápido que a do João.

Em cada um desses casos, a segunda sentença pode ser interpretada da seguinte maneira⁴:

(7) João cumpriu três tarefas e Maria cumpriu apenas duas ____ [~~NP tarefas~~]

(8) Comprei o casaco verde, embora tenha gostado mais do ____ [~~NP casaco~~] vermelho

(9) A reforma da casa da Maria terminou mais rápido que a ____ [~~NP reforma da casa~~] do João

Análises mais aprofundadas desse tipo de elipse podem ser encontradas em Lobeck (1995), Sleeman (1996), Martinho (1998), Kester & Sleeman (2002), Clara (2008), Oliveira (2014; em preparação), dentre outros.

2.1.2 Elipse de VP

Na elipse de VP, o constituinte elidido é o VP (do inglês *verbal phrase*). Em português, esse tipo de elipse se caracteriza por ser licenciado tanto por verbos auxiliares e modais quanto por verbos principais, diferentemente de outras línguas românicas.

(10) A: Quem pode ler essa frase para mim?

B: João pode ____ [~~VP ler a frase~~]

(11) Maria trouxe o livro que você pediu e João também trouxe ____ [~~os livros que você pediu~~]

(12) João está escrevendo a tese e Maria também está ____ [~~VP escrevendo a tese~~]

⁴ A rasura dupla será usada, ao longo deste trabalho, para indicar apagamento, isto é, quando a parte elidida não é pronunciada. Já o local do apagamento será indicado por um sublinhado. Indicaremos a agramaticalidade da sentença com um asterisco.

No caso do inglês, o VP elidido deve ser não finito⁵ e deve ser introduzido obrigatoriamente por um verbo auxiliar ou pela partícula *to* (exemplos (13) e (14)). As tentativas de elipse de VP que não apresentam essas características fracassam completamente, como em (15).

(13) She has done it before, and she will ___ [VP ~~do it~~] again

(14) Mary likes to dance, and Anna likes to ___ [VP ~~dance~~], as well

(15) *John wants to go out, and Mary wants ___ [VP ~~to go out~~], as well

Trabalhos como Johnson (2001), Hankamer & Sag (1976), Hardt (1993), Cyrino & Matos (2002; 2005), Matos & Cyrino (2001), Lopes & Santos (no prelo), Santos (2007a e b; 2008; 2009a), Santos & Flores (2013), Golberg (2005), Murguia (2004), dentre outros, oferecem análises mais detalhadas da construção elíptica em questão.

2.1.3 Elipse lacunar (*gapping*)

A elipse lacunar ocorre em estruturas de coordenação e caracteriza-se por elidir o verbo principal da segunda sentença.

(16) Alguns comeram pão, outros ___ [VP ~~comeram~~], biscoito

(17) João estuda francês e Maria ___ [VP ~~estuda~~], espanhol

(18) Maria leu um romance e João ___ [VP ~~leu~~], uma peça

Ross (1970), Johnson (2009), Jackendoff (1971), Hudson (1976; 1989) oferecem análises mais detalhadas sobre o tema.

⁵ No caso do PB, o VP elidido não precisa ser necessariamente não finito, como mostra o exemplo (i) João vai cortar o cabelo amanhã e o irmão dele também vai ___ [VP ~~cortar o cabelo amanhã~~].

2.1.4 Despojamento (*stripping*)

O fenômeno de despojamento é também conhecido como Eclipse do Argumento Nu e pode ser caracterizada por elidir toda a porção sentencial, deixando para trás um remanescente que é, geralmente, acompanhado por uma partícula de polaridade (Hankamer & Sag, 1976) (cf. Williams, 1977; Lobeck, 1995; Merchant, 2004, dentre outros para análises mais detalhadas do fenômeno).

(19) Maria comprou um presente para João, mas Pedro não ____ [TP ~~comprou um presente para João~~]

(20) João não trabalha hoje, mas Maria sim ____ [TP ~~trabalha hoje~~]

(21) João tentou resolver a questão 2 e ____ [TP ~~tentou resolver~~] a questão 3 também

2.1.5 Respostas abreviadas (*fragment answers*)

Trata-se de um processo elíptico que ocorre quando se emite resposta a uma pergunta. Nesse contexto, a resposta emitida provê a informação requerida e, ao fazê-lo, elide a informação redundante, presente na pergunta (cf. Merchant, 2004; Merchant et al., 2013; Santos, 2009b para análises mais detalhadas).

(22) P: Quando começam as aulas?

R: [TP ~~As aulas começam~~] ____ Em fevereiro

(23) P: Quem cuidou do bebê?

R: Maria ____ [VP ~~cuidou do bebê~~]

(24) P: O que você está tentando fazer?

R: ____ [TP ~~Estou tentando~~] Consertar o carro

2.1.6 **Sluicing**

O *sluicing* é uma construção elíptica em que a porção sentencial de um constituinte encabeçado por um pronome interrogativo é elidida, deixando explícito somente o elemento –QU.

(25) João toca alguma coisa, mas eu não sei o que ____ [TP ~~João toca~~]

(26) Alguém quebrou minha régua, mas, infelizmente, eu não vi quem ____ [TP ~~quebrou minha régua~~]

(27) Maria visitou alguém, mas eu não sei quem ____ [TP ~~Maria visitou~~]

Todos os casos de eclipse apontados acima têm sido alvo de intenso debate teórico nos últimos anos e, por conseguinte, uma extensa bibliografia poderia ser coligida para cada um dos fenômenos. A pretensão deste trabalho não é, no entanto, fornecer ao leitor uma exaustiva caracterização de todos os tipos de elipses, mas fazer referência a alguns deles e caracterizá-los de forma geral a fim de que possamos contrapô-los e distingui-los do objeto de estudo desta dissertação, a saber, o *sluicing*.

2.2 **A natureza do antecedente: identidade sintática ou semântica?**

As estruturas elípticas são anafóricas em sua natureza, já que dependem de seu antecedente para que seu significado seja recuperado. Portanto, claro está que a relação entre a elipse e seu antecedente não é livre de restrições, pelo contrário, trata-se de uma relação que envolve certo tipo de identidade. Nesse contexto, a questão que se nos apresenta é: que tipo de antecedente é requerido pela elipse? Ou ainda: qual é o tipo de identidade que deve existir entre a elipse e seu antecedente? E: em que medida e de que forma a estrutura elidida é idêntica à estrutura sintática de seu antecedente? Responder a esses questionamentos não é uma tarefa simples e, enquanto abundante esforço e extenso debate são tributados ao tema, faz-se importante ressaltar que a relação de identidade de que se fala aqui não se

trata, de modo nenhum, de uma identidade de superfície. Com isso queremos dizer que não é preciso que um constituinte seja perfeitamente idêntico ao antecedente para que seja elidível, como mostra o par de exemplos a seguir (van Craenenbroeck & Merchant, 2013):

- (28) a. Maria ganhou um prêmio, mas João não vai ____
 b. Maria ganhou um prêmio, mas João não vai ganhar um prêmio

Como mostra o equivalente não elíptico em (28b), o verbo elidido em (28a) não é idêntico a sua contraparte na sentença anterior (um está no pretérito perfeito e outro, no futuro do presente). No entanto, apesar da ausência de identidade morfológica entre os verbos, a elipse é perfeitamente possível e o constituinte elidido, perfeitamente recuperável.

Isso posto, apresentaremos, abaixo, as duas propostas de análise que buscam dar conta da condição de identidade presente nas elipses.

2.2.1 Identidade sintática

Para os teóricos que argumentam a favor de uma condição de identidade sintática (Chung et al., 1995; Kehler, 2002a; Fiengo & May, 1994; Ross, 1969; Merchant, 2001), o sítio elidido e seu antecedente têm de ser estruturalmente idênticos, a fim de que a representação do constituinte elidido seja recuperada. As evidências que corroboram essa proposta de análise são várias, algumas das quais destacaremos a seguir.

2.2.1.1 Incompatibilidade de voz

O primeiro argumento em favor de identidade sintática é construído a partir de exemplos que demonstram que a incompatibilidade de voz entre o sítio elidido e seu antecedente resulta em agramaticalidade (Merchant, 2013a; Merchant, 2006 e Chung, 2006).

De forma geral, entende-se que as estruturas ativas e passivas correspondentes são semanticamente equivalentes, mas sintaticamente diferentes. Assim,

assume-se que, se as construções elípticas são sensíveis a essa diferença, pode-se defender a existência de uma restrição de identidade sintática entre os constituintes. Veja os exemplos:

(29) **Antecedente na voz passiva, elipse na voz ativa:**

*João foi assassinado, mas eu não sei quem ____ [TP ~~assassinou João~~]

(30) **Antecedente na voz ativa, elipse na voz passiva:**

*Alguém assassinou João, mas eu não sei por quem ____ [TP ~~João foi assassinado~~]

Os exemplos acima, no entanto, não se mostram conclusivos no que diz respeito ao argumento de identidade sintática, quando em face de outros exemplos como o apontado abaixo:

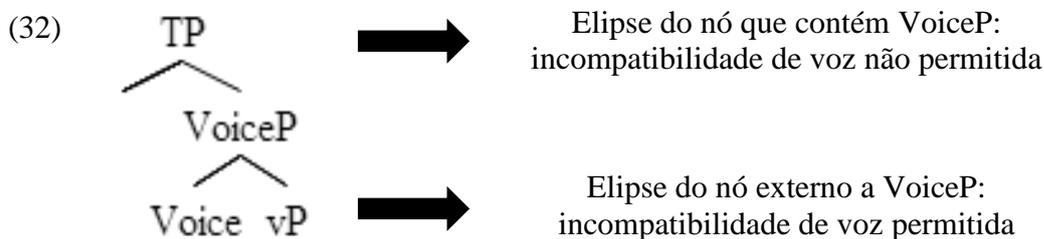
(31) Eu comprei mais produtos do que deveria ____ [VP ~~ter sido comprado~~]

Um exemplo como (31) não se mostra compatível com uma condição de identidade sintática atuando sobre as construções com elipse. Pelo contrário, o que esse exemplo parece sugerir aqui é que é a semântica, e não a sintaxe, a responsável por regular a condição de identidade no contexto das elipses, uma vez que o constituinte elidido e seu antecedente diferem estruturalmente, mas não semanticamente (considerando-se a assunção geral de que estruturas ativas e passivas são semanticamente equivalentes). Portanto, o que parece estar em questão aqui é a equivalência de ordem proposicional.

O que se pode perceber a partir dos exemplos apontados, portanto, é que os efeitos de incompatibilidade de voz não são aplicáveis a todos os casos. Esse comportamento misto é explicado por Merchant (2013a) com a introdução dos conceitos de elipse baixa ou pequena e elipse alta ou grande⁶. Segundo ele, os casos de *sluicing*, respostas abreviadas, elipse lacunar e despojamento devem ser tratados como exemplos de elipse alta, enquanto que casos de elipse de VP são considerados exemplos de elipse baixa. Nos primeiros, o constituinte elidido e seu antecedente devem ser compatíveis em voz, sendo agramaticais as sentenças que

⁶ As elipses baixas ou pequenas acontecem em nós mais baixos ou menores nas estruturas. Já as elipses altas ou grandes acontecem em nós mais altos ou maiores.

desobedecem a essa regra. Nos últimos, por outro lado, essa compatibilidade não é necessária. Merchant (2013a), para explicar a diferença no julgamento de gramaticalidade entre os dois casos, propõe a existência de um Sintagma de Voz (doravante, VoiceP) separado do VP. Nas elipses altas, o VoiceP estaria incluído dentro do TP; já nas elipses baixas, o VP seria externo ao VoiceP. Assim, em casos como o *sluicing*, em que o apagamento do TP envolveria obrigatoriamente o apagamento do VoiceP, a incompatibilidade de voz entre o sítio elidido e seu antecedente resultaria em agramaticalidade. Já em casos como a elipse de VP, em que o VoiceP estaria fora do VP, a incompatibilidade de voz é permitida (ver estrutura em (32)).



Embora a análise feita por Merchant (2013a) não seja irrefutável (cf. Arregui et al., 2006; Frazier, 2008; Baltin, 2012), considera-se que seja um dos argumentos mais contundentes em favor da condição de identidade sintática entre os constituintes, na literatura mais recente. Isso se deve à capacidade explicativa que possui sua proposta de análise quando diante do comportamento misto dos efeitos de incompatibilidade de voz, capacidade essa não compartilhada por uma perspectiva semântica de identidade.

2.2.1.2

Compatibilidade morfológica do auxiliar

O segundo argumento que parece sugerir a existência de uma condição de identidade sintática pode ser observado a partir da análise do comportamento único de verbos como *ser/estar*.

De maneira geral, os verbos presentes no sítio elidido e em seu antecedente não necessitam de compatibilidade morfológica para que a elipse seja licenciada, como nos mostram os exemplos de elipse de VP abaixo:

(33) João ganhou um presente e Maria também vai ____ [_{VP} ~~ganhar um presente~~]

No entanto, verbos como *ser/estar* de fato requerem compatibilidade morfológica das formas verbais para que haja licenciamento da elipse:

(34) *João era simpático e o filho dele também vai ____ [_{VP} ~~ser simpático~~]

(35) *João esteve aqui e Maria também vai ____ [_{VP} ~~estar aqui~~]

(36) *João estudou e Maria também estava ____ [_{VP} ~~estudando~~]

Observa-se aqui que, enquanto a incompatibilidade morfológica não representa nenhum problema com verbos como *ganhar* (exemplo (33)), com verbos como *ser/estar* esse tipo de incompatibilidade logo resultará em agramaticalidade, como nos mostram os exemplos (34) – (36). Isso significa dizer que os verbos *ser/estar* só podem ser elididos quando há, na sentença, uma forma idêntica não elidida, como em (37) – (38):

(37) João esteve aqui e Maria também esteve ____

(38) João era simpático e o filho dele também era ____

Para explicar a distinção apontada nos casos (33) e (34) – (36), Lasnik (1995) postula que verbos como *ser/estar* são inseridos na derivação já flexionados, enquanto que os outros verbos só adquirem flexão no curso da derivação. Assim, com verbos como *cantar*, por exemplo, há sempre um estágio da derivação em que as formas verbais são sintaticamente idênticas, ou seja, a restrição de identidade sintática é atendida antes da flexão. No entanto, com diferentes tempos verbais de *ser/estar*, como *estive* e *vai estar*, tal identidade não é atendida, uma vez que as formas verbais são diferentes em todos os níveis de representação. Considerando-se esse ponto de vista, portanto, a compatibilidade morfológica constitui-se como um forte argumento em favor da condição de identidade sintática.

O desafio desta proposta de análise, no entanto, se apresenta diante de exemplos como (31) e (34) – (36), por exemplo, que não são facilmente explicados caso não se considere como válidas as propostas de Merchant (2013a) e Lasnik (1995). Desta forma, enquanto ainda não se dispõe de resultados conclusivos acerca do assunto, não se pode assumir, categoricamente, a existência de uma condição de identidade sintática entre os constituintes, no contexto das elipses.

2.2.2 Identidade semântica

Alguns pesquisadores têm argumentado que o sítio elidido e seu antecedente devem ser semanticamente idênticos (Merchant, 2001; Sag & Hankamer, 1984). Segundo eles, variações de forma e estrutura são permitidas, desde que não afete a recuperação do material elidido. Os argumentos que melhor sustentam uma teoria de identidade semântica são aqueles que demonstram alguma incompatibilidade entre a estrutura sintática do elemento elidido e seu antecedente. Passaremos, agora, a ilustrar alguns desses casos.

2.2.2.1 Equivalência de polaridade

O primeiro argumento utilizado em defesa de uma teoria semântica de identidade vem do comportamento observado nos chamados itens de polaridade quando:

(39) João não viu ninguém, mas Maria sim ____

- a. viu alguém
- b. *viu ninguém

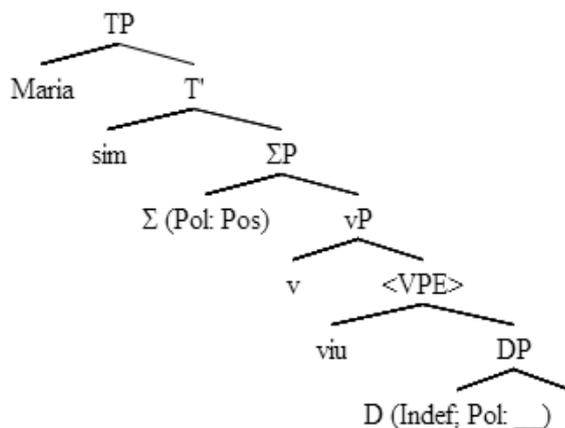
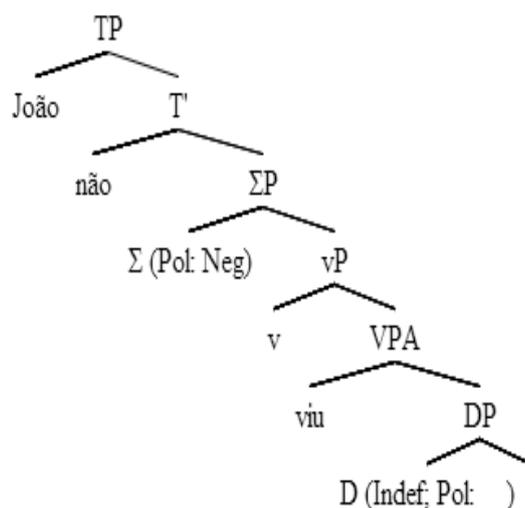
(40) João viu alguém, mas Maria não ____

- a. ≠ viu alguém
- b. = viu ninguém

Assumindo-se que os pronomes *alguém* e *ninguém* são semanticamente equivalentes e que, quanto à estrutura, não se pode dizer o mesmo, os exemplos

acima se apresentam como um bom argumento para uma teoria de identidade semântica das elipses. Todavia, Merchant (2011) demonstra como a estrutura sintática dos itens de polaridade deve ser a fim de que os exemplos acima possam ser considerados sob a ótica de uma teoria sintática de identidade. Segundo ele, no início da derivação, os itens de polaridade possuem o traço sintático de polaridade ([Pol:___]) não especificado. Esse traço é valorado posteriormente, por um núcleo que o c-comanda (Σ em Merchant, 2011), em uma relação de *Agree* (ver estrutura em (41))⁷. Deste modo, pronomes como alguém/ninguém seriam considerados sintaticamente idênticos no início da derivação e poderiam ser intercambiáveis.

(41)



⁷ A sigla VPA refere-se ao VP antecedente. A sigla VPE refere-se ao VP elidido. Os símbolos (< e >) indicam onde ocorreu a elisão.

Merchant (2011) traz como evidência para seu argumento alguns exemplos bastante sugestivos de que, em alguns casos, uma decomposição lexical dos determinantes se faz necessária:

- (42) Eu não encontrei nenhuma solução, mas você encontraria ____
- a. ≠ nenhuma solução
 - b. = alguma solução

Aqui, para que a elipse verbal aconteça, os pronomes *nenhuma* e *alguma* teriam de ser idênticos. Dessa assunção, postula-se que os pronomes seriam inseridos na derivação não especificados para polaridade e que, posteriormente, teriam seu traço de polaridade valorado por um núcleo mais alto na derivação.

De forma geral, considerando-se as propostas apresentadas acima, pode-se dizer que a relação entre os itens de polaridade e as elipses podem tanto fornecer argumentos favoráveis a uma teoria de identidade semântica, quanto esclarecer os processos sintáticos que subjazem os itens de polaridade.

2.2.2.2 Equivalência entre nome e pronome

O segundo argumento utilizado em favor de uma teoria semântica de identidade diz respeito à equivalência entre nome e pronome⁸, no contexto das elipses.

Considere o exemplo abaixo:

- (43) a. *Ela_i achou que elas não iriam convidar a Maria_i
 b. Maria_i achou que elas não fossem convidá-la_i

Em (43a), a expressão referencial (expressão R) *Maria* é c-comandada pelo pronome *ela*. No entanto, de acordo com o Princípio C da Teoria da Ligação (Chomsky, 1981), uma expressão R deve ser livre, o que exclui a interpretação em que nome e pronome são correferenciais e torna agramatical a sentença em (43a), já que esta viola o princípio de ligação apontado acima.

⁸ O fenômeno foi apelidado de *mudança de veículo* (*vehicle change*) por Fiengo & May (1994).

Entretanto, Fiengo & May (1994) observaram que, em casos de elipse de VP, como o exemplo (44a) abaixo, a interpretação correferencial entre pronome e expressão R é perfeitamente aceitável. Veja:

- (44) a. Elas convidaram a Maria_i, embora ela_i achasse que elas não iriam
 b. Elas convidaram a Maria, embora ela_i achasse que elas não iriam ____ [VP convidar a Maria_i]

Apesar de aceitável, o exemplo acima viola o Princípio C e, portanto, deveria ser considerado agramatical, caso a estrutura presente no sítio elidido fosse tal como a representada em (44b).

A proposta explicativa de Merchant (2001) para esses casos é que o sítio elidido não precisa manter uma relação de identidade morfossintática com seu antecedente, mas uma relação de acarretamento mútuo, em termos semânticos. Sob a análise de Merchant (2001), portanto, não existiria uma expressão R *Maria* representada no sítio elidido tal como na estrutura em (44b), antes, existiria um pronome ligado na posição dentro do local da elipse. Desta forma, a estrutura da sentença em (44a) seria como em (45):

- (45) Elas convidaram a Maria, embora ela_i achasse que elas não iriam ____ [VP convidá-la_i]

Desta forma, o que seria recuperado na posição de objeto no sítio elidido é um pronome, o que sujeita a estrutura ao Princípio B da Teoria da Ligação. Segundo a proposta de Merchant (2001), isso explicaria a aceitabilidade desse tipo de sentença.

Portanto, partindo do pressuposto de que em (45) há uma equivalência semântica e que, no que diz respeito à sintaxe não se pode dizer o mesmo, pode-se apresentar a compatibilidade entre nome e pronome como um forte argumento em favor de uma condição de identidade semântica.

Por outro lado, em vista de todos os argumentos apresentados anteriormente, os teóricos da linguagem não se têm posicionado conclusivamente sobre qual componente da gramática é responsável pela condição de identidade que se obser-

va nas construções elípticas, considerando-se que cada uma das propostas de análise possui argumentos e contra-argumentos deveras contundentes.

No capítulo 4 de nosso trabalho, no entanto, retornaremos a essa questão e mostraremos que os resultados do nosso experimento parecem apontar em direção de uma exigência de identidade de ordem semântica.

2.2.3 Propostas híbridas

Como se pode perceber pelo exposto acima, há uma grande quantidade de questões que uma teoria sobre elipses precisa dar conta. Alguns desses dados são mais bem explicados quando analisados sob um ponto de vista sintático, outros, sob um ponto de vista semântico. Essa situação aparentemente conflitante impõe obstáculos a quaisquer tentativas de determinar um único componente da gramática como responsável pela condição de identidade existente nas elipses. Por essa razão, alguns autores têm adotado uma proposta de análise híbrida, assumindo a existência das restrições de identidade sintática e semântica, que agem em diferentes condições. Exemplos desse tipo de proposta se encontram nos trabalhos de Kehler (2000, 2002a, b), Chung (2013), Merchant (2013a), dentre outros.

2.3 O conteúdo do sítio elidido: diferentes abordagens

O debate aqui se estabelece entre aqueles que defendem a existência de estrutura não pronunciada no sítio elidido e aqueles que são contrários a essa posição. De forma geral, a discussão em torno da sintaxe das elipses tem sido conduzida sob diferentes abordagens, a saber: abordagens não estruturais e estruturais.

Os favoráveis a uma abordagem não estrutural argumentam que não há estrutura sintática no material não pronunciado das construções elípticas, em qualquer nível de representação, ou seja, para eles, não há nenhuma outra estrutura além do que é pronunciado, o sítio elidido não contém nada mais do que é visível e a interpretação se dá a partir do contexto circundante (pragmática). Essa é a proposta da Teoria da Interpretação Direta, por exemplo (Ginzburg & Sag, 2000; Culicover & Jackendoff, 2005). Seguindo essa proposta, então, nos casos de *sluicing*, por exemplo, não haveria estrutura no material eliminado e as expressões

–QU dessas construções seriam diferentes das outras expressões –QU, pois possuem seus próprios conjuntos específicos de traços, os quais permitem a reinterpretação.

Já os defensores de uma abordagem estrutural argumentam em favor de estrutura sintática no material elidido. No entanto, no contexto desta última abordagem, duas principais linhas de pensamento podem ser identificadas: há aqueles que defendem uma Teoria do Apagamento, segundo a qual o material elidido possui estrutura sintática, que é apagada em PF (do inglês, *phonological form*), não apresentando, portanto, uma representação fonológica (cf. Ross, 1969; Merchant, 2001; Lasnik, 2006a, 2007; Sag, 1976); há aqueles que defendem a existência de estrutura no sítio elidido somente no início da derivação, sendo esta estrutura submetida a um processo de apagamento em algum momento anterior à pronúncia (cf. Baltin, 2012); e, finalmente, há aqueles que defendem que o sítio elidido contém elementos lexicais nulos, os quais podem ser interpretados via substituição ou por meio de cópia do componente semântico do antecedente, em LF (do inglês, *logical form*), a fim de garantir a correta interpretação da categoria nula, como é o caso da Teoria de Cópia ou Teoria da Interpretação (cf. Chung et al., 1995; Williams, 1977; Lobeck, 1995).

Nas teorias que propõem apagamento, cuja origem remonta a Ross (1969) e cuja principal motivação decorre dos efeitos de conectividade, ocorre a aplicação de uma operação transformacional de apagamento (regra do apagamento). Desta forma, uma sentença como (46a), após ser submetida à regra, resultaria em uma sentença como (46b), em que a operação transformacional apaga a S que está imediatamente à frente da expressão –QU.

(46a) João beijou alguém, mas eu não sei quem **João beijou**.



REGRA DO APAGAMENTO

(46b) João beijou alguém, mas eu não sei quem.

A aplicação dessa transformação, todavia, segundo Ross (1969), só pode ocorrer caso o material a ser elidido seja sintaticamente idêntico ao seu antecedente. O requerimento de identidade sintática, portanto, restringe a aplicação da regra do apagamento e garante a recuperabilidade do material elidido, assegurando sua correta interpretação.

Essa proposta de análise ecoa em Merchant (2001), o qual postula que as construções com *sluicing* são produto do movimento –QU, seguido de apagamento do sintagma de tempo que continha o pronome interrogativo, em PF. Assim, para uma sentença como (47a), a estrutura seria tal como em (47b).

(47) a. João comeu alguma coisa, mas eu não sei o que

b. João comeu alguma coisa, mas eu não sei [CP o que₁ C° [TP ~~João comeu t₁~~]]

Nas teorias de cópia ou interpretação, a principal motivação decorre da aparente insubmissão das construções com *sluicing* às restrições de ilha. Segundo os defensores dessa proposta, as elipses são categorias nulas retiradas do léxico, que são substituídas por cópia do material semântico do antecedente, em LF, depois de Spell-Out. Desta forma, para uma sentença como (48), seguiriam as estruturas em (48a) e (48b), em que a categoria vazia *e*, que representa o material elidido (cf. (48a)), seria interpretada em momento posterior, quando fosse substituída, em LF, pelo material em negrito (cf. (48b)).

(48) João beijou alguém, mas eu não sei quem

a. Spell-Out:

João beijou alguém, mas eu não sei [CP quem C° [TP *e*]]

b. LF:

João beijou alguém, mas eu não sei [CP quem C° [TP **João beijou**]]

Esse tipo de análise não pressupõe que os casos de *sluicing* envolvam movimento –QU. Pelo contrário, acredita-se que os sintagmas –QU seriam gerados na posição periférica, em SpecCP e, somente em LF, ligariam uma variável na posição *in situ* marcada com papel teta. Nesse tipo de proposta de análise estão incluídas as teorias que propõem cópia em LF, em que LF, no contexto do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), é concebido como um nível de representação que contribui significativamente na determinação do significado, uma vez que o antecedente é responsável por fornecer uma representação semântica que será copiada, em LF, na estrutura remanescente, a fim de garantir a correta interpretação da categoria vazia.

Cada uma dessas propostas apresenta vantagens e desvantagens, pois, ao mesmo tempo em que são eficientes em explicar certos fatores relacionados às construções elípticas, como os efeitos de ilha e os efeitos de conectividade, também apresentam pontos obscuros, os quais carecem de maior elucidação. As teorias que propõem apagamento, por exemplo, têm como principal desvantagem a condição de identidade sintática, que se torna questionável quando em face de exemplos como (49), em que a identidade que se requer para que haja elisão não é de ordem sintática.

(49) Eu terminei minhas leituras e você ____ [~~vp terminou suas leituras~~] também

Do mesmo modo, as teorias de cópia e da interpretação direta também apresentam problemas, dentre eles: se não existe estrutura no sítio elidido, como as relações gramaticais são satisfeitas? Como é gerada a variável que é ligada pelo elemento –QU, nas teorias que propõem cópia em LF?

Na próxima seção, nos dedicaremos a apresentar os principais argumentos utilizados em favor das abordagens estruturais e não estruturais brevemente expostas acima.

2.3.1 Evidências em favor de estrutura no sítio elidido

As abordagens estruturais fundamentam seus argumentos nos chamados efeitos de conectividade⁹. Estes têm sido utilizados como evidência de que há, de fato, estrutura sintática no sítio elidido. Abordaremos aqui um dos exemplos mais citados de conectividade, a saber: compatibilidade de Caso.

2.3.1.1 Compatibilidade de Caso

De acordo com Ross (1969), em línguas que possuem flexão de Caso, a expressão –QU deve concordar em Caso com algum NP da sentença anterior. Desta forma, em (50), apenas *wem* (quem), marcado com Caso dativo, é possível,

⁹ Os efeitos de conectividade ocorrem quando alguma parte do sítio elidido apresenta alguma conexão com alguma outra parte da sentença.

uma vez que concorda com o NP *jemandem* (alguém) que também possui Caso Dativo, atribuído pelo verbo *schmeicheln* (bajular), o qual somente atribui Dativo aos seus objetos. Já em (51), somente *wen* (quem), marcado com Caso acusativo, é aceito, pois que o NP com o qual concorda, *jemanden* (alguém), também está marcado com Acusativo, atribuído pelo verbo *loben* (elogiar), que somente atribui Caso Acusativo aos seus objetos. Ross (1969) argumenta ainda que os efeitos de compatibilidade de Caso encontrados no *sluicing*¹⁰ podem ser explicados desde que se assuma que um atribuidor de Caso não pronunciado esteja sintaticamente presente no sítio elidido.

(50) Er will jemandem schmeicheln, aber sie wissen nicht

Ele quer alguém.DAT bajular mas eles sabem não

*wer/ *wen/ wem.

quem.NOM quem.ACC quem.DAT

‘Ele quer elogiar alguém, mas eles não sabem quem’¹¹

(51) Er will jemanden loben, aber sie wissen nicht

Ele quer alguém.ACC elogiar mas eles sabem não

*wer/ wen/ *wem.

quem.NOM quem.ACC quem.DAT

‘Ele quer elogiar alguém, mas eles não sabem quem’¹²

2.3.2

Evidências contra estrutura no sítio elidido

Contrariando o que foi exposto anteriormente, apresentaremos agora uma situação que parece indicar ausência de estrutura no material elidido. Vejamos:

¹⁰ Merchant (2004) aponta os mesmos efeitos para os casos de respostas abreviadas.

¹¹ Retirado de Ross (1969).

¹² Retirado de Merchant (2013b).

2.3.2.1 Efeitos de localidade

A evidência que mais favorece uma abordagem não estrutural do fenômeno elíptico vem da ausência dos efeitos de ilha em alguns tipos de elipse como o *sluicing*. Vejamos:

(52) They want to hire someone who speaks a Balkan language, but I don't remember which (Balkan language) [TP ~~they want to hire someone who speaks~~ #]
(Merchant, 2001)

Entende-se que se o *sluicing* é derivado de movimento seguido de apagamento, então deveria estar sujeito a restrições de ilha, o que não parece acontecer, como mostra o exemplo em (52), em que o elemento –QU foi movido de dentro de uma sentença relativa. A proposta de Merchant (2001) é que existem duas abordagens possíveis com respeito ao fenômeno de ilhas sintáticas. A primeira delas entende que alguns tipos de ilha são fenômenos que acontecem em PF (ilhas de PF) e que os efeitos desse tipo de ilha são desfeitos por meio de apagamento neste nível. Dentro desse grupo denominado ilhas de PF estão incluídas as extrações de ramificação à esquerda, efeitos de vestígio COMP, restrição de estruturas coordenadas, dentre outros. A segunda linha que busca dar conta da questão das ilhas sintáticas entende que os outros casos de insensibilidade aos efeitos de ilha são somente aparentes e se dissolvem diante de um exame mais aprofundado.

Os efeitos de ilha têm sido uma das evidências mais utilizadas para se argumentar contra a existência de estrutura dentro do sítio elidido, já que o *sluicing* parece violá-los. O caso dessa violação, no entanto, permanece não resolvido.

2.4 Conclusões

Uma das principais razões pelas quais o fenômeno elíptico continua a despertar o interesse dos estudiosos da linguagem é o fato de que a análise desse fenômeno pode representar um grande avanço no entendimento da correspondência entre som e significado, ou seja, o papel da sintaxe nas relações de sentido.

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar, em linhas gerais, uma visão panorâmica e não exaustiva dos fenômenos elípticos em geral. Desta forma, buscamos, em primeiro lugar, fazer uma caracterização geral de alguns tipos de elipse. Em seguida, buscamos perseguir a questão da natureza do antecedente nas construções com elipse e qual seria a condição de identidade a que estariam sujeitas – sintática e/ou semântica –, levando em consideração os principais argumentos em favor de uma e de outra. A segunda questão a que nos dedicamos, neste capítulo, envolve a existência ou inexistência de estrutura no sítio elidido. Neste tópico, apresentamos a abordagem estrutural e não estrutural para o estudo das elipses e destacamos os principais argumentos em defesa de uma e outra abordagem.

Desta forma, após a breve exposição e revisão da literatura concernente às elipses feita neste capítulo, nos dedicaremos, nos próximos capítulos, ao fenômeno que ocupará nossa atenção: o *sluicing*.